

Brasil rejeita rolar por 2 anos

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, o diretor da Dívida Externa do BC, Pádua Seixas, e o assessor especial do Ministério da Fazenda para a Negociação da Dívida, Fernando Bracher — os negociadores do reescalonamento da dívida — sentam-se à mesa com os representantes dos bancos credores, a partir de sábado, em Washington, com uma proposta escrita de renegociação e duas instruções básicas: não há pressa para fechar um acordo e não se aceitará um reescalonamento por dois anos, como pretendem os bancos.

A proposta escrita, uma inovação em negociações do Brasil sobre a dívida, tem por objetivo, segundo técnicos da Fazenda, deixar claro e sem quaisquer dúvidas o que quer o governo e a seriedade das suas posições. "Um documento é sempre encarado com maior atenção, na medida em que formaliza uma proposta, do que palavras e discursos que podem mudar em pouquíssimo tempo e argumentos mais fortes", justifica um desses técnicos.

O Brasil não tem pressa em fechar um acordo, conforme salienteou ontem o ministro Bresser Pereira na reunião com a Comissão da Dívida Externa do Senado, por três razões principais: não teme ratificações por parte dos bancos; pelos exemplos concretos dos acordos firmados pelo México e Filipinas e pelo caso argentino, que negocia há sete meses com os bancos e ainda não conseguiu assinar o reescalonamento da sua dívida.

O Ministro da Fazenda disse ontem aos senadores, diante da insistência do senador Roberto Campos (PDS-MT) para que o Brasil fechasse um acordo semelhante ao México, que seu colega mexicano, Gustavo Petriccioli, já lhe confidenciara não ter gostado do que acertou com seus bancos credores, assim como o ministro argentino Juan Sourrouille se arrependeu de ter feito antes um acordo com o FMI.

Revelou que o ministro das Finanças das Filipinas chegou a lhe telefonar solicitando participação na reunião que, na sexta-feira, Bresser terá com Petriccioli e Sourrouille, não obtendo sucesso porque a inclusão das Filipinas no encontro dos ministros dos três maiores devedores da América Latina poderia sugerir a formação de um cartel de devedores. Estes exemplos, segundo Bresser, recomendam ao Brasil não ter pressa em assinar um acordo.

Uma renegociação que englobasse apenas o reescalonamento dos juros da dívida em 87 e 88 não resolveria o problema do endividamento externo do País, tornando-se apenas uma solução emergencial que obrigaria a novas, desgastantes e duras negociações e implicaria em riscos à manutenção de um bom nível das reservas cambiais, argumentou Bresser à Comissão da Dívida do Senado ao rechaçar a intenção dos bancos credores, que temem a Constituinte e a troca de governo para fazer um acordo pluri-anual.